

Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.

Para que um item seja registrado nas demonstrações como um passivo ele deve satisfazer os seguintes critérios:

- a) for **provável** que algum benefício econômico futuro associado ao item flua da entidade (passivo); e
- b) o item tiver custo ou valor que **possa ser mensurado** com confiabilidade.

Note que a palavra chave é a probabilidade (provável) de um bem exigir algo da empresa na sua liquidação.

Esta é a característica do passivo ser tratado como um exigível.

O conceito de probabilidade deve ser adotado nos critérios de reconhecimento para determinar o grau de incerteza com que os benefícios econômicos futuros referentes ao item venham a fluir para a entidade ou a fluir da entidade.

As avaliações acerca do grau de incerteza quanto à realização de um bem devem ser feitas com base na evidência disponível quando as demonstrações contábeis são elaboradas, ou seja, deve ser na data das demonstrações, o que ocorre normalmente no dia 31/12.

Quando, entretanto, não puder ser feita estimativa razoável, o item não deve ser reconhecido no balanço patrimonial ou na demonstração do resultado.

Por exemplo, quando for provável que uma obrigação será paga no futuro, contudo, não há a certeza do valor ou do dia do pagamento, pois o processo está sendo discutido na justiça, é então justificável reconhecer uma obrigação por estimativa para pagamento, neste caso uma provisão para contingência judicial.

O segundo critério para reconhecimento de um item é que ele possua custo ou valor que possa ser mensurado com confiabilidade. Em muitos casos, o custo ou valor precisa ser estimado; o uso de estimativas razoáveis é parte essencial da elaboração das demonstrações contábeis e não prejudica a sua confiabilidade.

Provisões representam **estimativas** de obrigações exigíveis que, apesar de financeiramente ainda não efetivadas, derivam de fatos contábeis já ocorridos.

Provisão é uma reserva econômica de um valor, para atender a despesas que se realizarão financeiramente em exercícios futuros.

Uma “provisão passiva” é um passivo cujo **vencimento ou o valor são incertos**.

A constituição de uma provisão é a melhor forma de se reconhecer no patrimônio a expectativa de perda ou de vir a cumprir uma obrigação decorrente do fato, o qual, para que seja confirmado ou não, depende de outros eventos no futuro.

Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- a) Existe uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- b) seja provável que será necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e
- c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

Toda provisão tem saldo credor e como contrapartida no seu registro uma despesa, sendo registrada da seguinte forma:

D – despesa com provisão para _____

C – provisão para _____

Principais provisões são:

- ✓ Provisão para garantias
- ✓ Provisão para recuperação ambiental
- ✓ Provisão para indenizações
- ✓ Provisão para contingência judicial
- ✓ Provisão para pagamentos diversos
- ✓ Provisão trabalhista

A provisão tem as seguintes particularidades:

- a) tem por finalidade dar cobertura a perdas ou despesas, cujo fato gerador já ocorreu, mas não tendo havido, ainda, o correspondente desembolso ou perda;
- b) representa uma apropriação ao resultado do exercício, em contrapartida de despesas ou custos, e sua constituição influencia o resultado do exercício ou os custos de produção;
- c) deve ser constituída independentemente de a companhia apresentar lucro ou prejuízo no exercício.

Como é uma estimativa, o valor reconhecido como provisão deve ser a melhor estimativa do desembolso exigido para se extinguir a obrigação presente na data das demonstrações contábeis.

Ou seja, a provisão deve ser registrada pelo valor que a entidade racionalmente pagaria para, na data das demonstrações contábeis, liquidar a obrigação ou para transferi-la a um terceiro.

O CPC 25 estabelece que as incertezas que rodeiam o valor a ser reconhecido como provisões são tratadas por vários meios de acordo com as circunstâncias. Quando a provisão a ser mensurada envolve uma grande população de itens, a obrigação deve ser estimada ponderando-se todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas.

O nome para esse método estatístico de estimativa é “ **provisão por valor esperado**”.

Portanto, a provisão será diferente dependendo de a probabilidade da perda de um dado valor ser, por exemplo, de 60 por cento ou de 90 por cento.

Quando houver uma escala contínua de desfechos possíveis, e cada ponto nessa escala é tão provável como qualquer outro, é usado o ponto médio da escala.

Exemplo:

Uma empresa detectou que, devido a um erro no sistema de cobrança, as duplicatas dos clientes podem ter sido cobradas indevidamente, sendo necessário fazer a restituição.

- ✓ Caso se identifique que a totalidade dos valores cobrados deverá ser restituída, o desembolso esperado será R\$ 5 milhões.
- ✓ Caso se identifique que o erro resultou apenas numa cobrança a maior de alguns clientes, o desembolso esperado será R\$ 2 milhões.
- ✓ Caso se identifique que o erro do sistema não afetou a cobrança dos clientes, não haverá valor a restituir.

Estima-se que 10% dos clientes foram indevidamente cobrados, 30% tenham sido cobrados a maior e que 60% não foram afetados. Nesta situação, o valor esperado para a provisão com as restituições é:

$$(10\% \text{ de R\$ 5milhões}) + (30\% \text{ de 2milhões}) + (60\% \text{ de R\$ 0}) = \text{R\$ 1.100.000}$$

O registro contábil é o seguinte:

D – Despesa com erros de cobranças

C – Provisão para restituição de valores cobrados a maior – 1.100.000

As provisões **devem ser reavaliadas** na data de apresentação das demonstrações contábeis e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente.

Quando não houver mais incertezas quanto ao valor e ao prazo de determinado passivo, este deixará de ser uma provisão, devendo ser reconhecida a obrigação a pagar correspondente.

O valor da obrigação a pagar poderá ser exatamente igual ao valor provisionado, situação na qual haverá o registro de um fato meramente permutativo.